



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de Orlândia

FORO DE ORLÂNDIA

1ª VARA

PRAÇA CORONEL ORLANDO, S/Nº, ORLANDIA-SP - CEP (16)

2174-6214 orlandia1@tjsp.jus.br

**Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min**

**DECISÃO**

Processo nº: **0001144-98.1999.8.26.0404**  
 Classe - Assunto: **Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Produto Rural**  
 Exequente: **Lab Farm Investment Ltda.**  
 Executado: **Diomar Dias Furtado e outros**

Vistos.

**1. Fl.1430/1431: Defiro** a penhora de parte ideal pertencente ao executado **DIOMAR DIAS FURTADO, CPF 020.489.328-35**, exclusivamente sob as suas áreas adquiridas, do(s) imóvel(eis) descrito(s) na(s) **matrícula(s) nº(s) 82, do CRI de NOVA ROMA/GO, a saber:** R.27 – Diomar Dias Furtado - 14,30 ha adquiridos, R.28 – Diomar Dias Furtado - 14,50 ha adquiridos, R.29 – Diomar Dias Furtado - 14,20,50 ha adquiridos, R.30 – Diomar Dias Furtado - 16,00 ha adquiridos (fl.1431).

**2.** Fica nomeado o atual possuidor do bem como depositário, independentemente de outra formalidade.

**3. Servirá o presente como TERMO DE PENHORA para todos os fins legais. ANOTE-SE.**

**4.** Expeça-se certidão para fins de averbação da penhora, que competirá à parte exequente o envio ao CRI competente.

**6. Intime(m)-se a parte executada, na pessoa de seu advogado, ou, na ausência, pessoalmente, por via eletrônica ou carta direcionada ao endereço de citação ou último endereço cadastrado nos autos, acerca da penhora.**

**7.** Compete à parte exequente providenciar os nomes e endereços, assim como as taxas para expedição de carta de intimação, visando a ciência/intimação do(a) representante(s) legal, de eventual(is) **cônjuge, de credor(es) hipotecário(s) e coproprietário(s), e demais pessoas previstas no art.799, do Código de Processo Civil.**

**8. Caso parte beneficiária da gratuidade processual, PROCEDA A SERVENTIA** as intimações necessárias (itens 6 e 7).

**9.** Havendo qualquer registro ou averbação de arrolamento, garantia ou penhora em favor da Fazenda Pública, deverá providenciar o necessário para a ciência inequívoca, mediante a intimação pessoal, sob pena de nulidade.

**10. Portanto, aguarde-se o prazo de 15 dias para intimação e ciência da parte executada e demais interessados acerca da penhora efetivada e providência pela parte exequente (item 7 - eventual recolhimento de taxa postal).**

**11.** Tudo cumprido, intime-se a exequente para dar andamento no processo executivo, sob pena de remessa dos autos ao arquivo, sem nova intimação.

Int.

Orlândia, 10 de junho de 2024

DANIEL DIEGO CARRIJO

Juiz Substituto

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**